

Médicos pedem mudança urgente na política de saúde do País

BRASÍLIA (O GLOBO) — Médicos do setor público e privado, dirigentes sindicais e técnicos em Saúde do País reunidos ontem nos debates do II Simpósio sobre a Política nacional de Saúde, realizado na Câmara dos Deputados, foram unânimes em apontar a necessidade de reorientar os serviços de assistência médica à população, como única forma de melhorar o atendimento e racionalizar os gastos.

O presidente do Conselho Consultivo de Administração da Saúde Previdenciária (Conasp), Aloysio Salles, defendeu a necessidade de uma ampla discussão das propostas de alteração dos serviços de Saúde.

— Como está, não é bom — disse Salles. Então só nos resta mudar.

Após mencionar várias propostas do Conasp que serão examinadas pelo ministro da Previdência Social, Hélio Beltrão, a fim de dar maior produtividade aos recursos do Sistema Previdenciário, o médico Aloysio Salles sugeriu que as medidas sejam colocadas em prática com cautela.

— Qualquer proposição de reorientação da assistência à Saúde, deve guiar-se pela prudência e moderação sem abrir mão do processo de mudança. Esta mudança — disse ele — deve ser dinâmica e democrática, permitindo avanços graduais, mas seguros, tanto técnica como politicamente.

CAUTELA

Segundo Aloysio Salles, a magnitude da problemática de atenção à Saúde, a pluralidade de instituições envolvidas e os interesses em disputa não parecem recomendar estratégias drásticas que levem à polarização entre grupos da sociedade, especialmente no período de abertura política que vive a Nação.

Também o presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo, Elio Fiszbejn, deixou claro que “será desaconselhável a busca de novas fontes de custeio para os programas médico-hospitalares brasileiros nos termos em que se desenvolve, antes que sejam adotadas providências concretas para racionalizar os gastos com Saúde”.

Os recursos destinados ao setor Saúde estão, segundo de Fiszbejn, “sendo dissipados, desviados e surrupiados grosseiramente, contribuindo para o sucesso e prosperidade dos empresários do setor”. Ele defendeu o aumento da produtividade dos hospitais oficiais, citando vários em São Paulo que, apesar de equipados, estão inativos e o aumento da remuneração dos médicos para evitar a “dupla militância”.

HOSPITAIS

Os vice-presidente da Federação Brasileira de Hospitais, Sílio Nascimento Andrade, foi o único que defendeu o au-

mento dos recursos para a assistência médico-hospitalar.

— É necessário que se proclame que no Brasil há escassez de recursos para as necessidades assistenciais e que não se “atende demais, não se gasta demais, não se interna demais” — afirmou. Falar em custos excessivos ou em sofisticação dos recursos terapêuticos é uma piada de humor negro dentro da realidade brasileira.

O representante dos hospitais defendeu ainda a incorporação do IAPAS ao Ministério da Fazenda e a fusão da Dataprev com o Serpro, de maneira a melhorar a capacidade de arrecadação, racionalizar custos e aprimorar a fiscalização do Sistema Previdenciário.

Autor de vários livros sobre o problema da Saúde no Brasil e ex-assessor dos Ministérios da Saúde e do Planejamento, o sanitarista Carlos Gentile de Mello criticou a política nacional de saúde, em vigor, afirmando que há estímulo ao funcionamento “de um modelo caótico, elitista, corruptor e incontrolável”.

A maior “irracionalidade” apontada por Gentile de Mello é o fato de quase a totalidade dos recursos serem destinados às ações curativas, em detrimento das medidas preventivas. Ele considerou o atual sistema “incontrolável porque inexiste em todo o mundo “método eficaz para identificar as fraudes cometidas na área na compra e venda de serviços médicos-hospitalares”.